

A ESCRITA COMO LÁPIDE EM *A MULHER DE PÉS DESCALÇOS*, DE SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Érica Antonia CAETANO*

- **RESUMO:** O presente estudo propõe uma análise interpretativa da obra *A mulher de pés descalços*, da autora ruandesa Scholastique Mukasonga, publicada originalmente em 2008 (*La femme aux pieds nus*) e lançada no Brasil em 2017. O intuito é pensar o papel da memória no romance tanto como denúncia quanto como instrumento de preservação. Para tanto, o trabalho está ancorado nos estudos teóricos acerca da memória. A análise constata que, ao fundir ficção e memória, a narrativa memorialística de Scholastique Mukasonga configura de forma simbólica a lápide de sua falecida mãe, Stefania, e de todas as demais vítimas do genocídio em Ruanda.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Denúncia. Preservação. Scholastique Mukasonga. A mulher de pés descalços.

Introdução

“Eu escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém, provavelmente a minha própria vida.”

Clarice Lispector (1999, p. 13).

Muitas são as razões pelas quais escritores, consagrados ou não, e pessoas comuns se dispõem a narrar uma história, seja de forma oralizada ou mesmo escrita. Dentre os mais diversos motivos, um está intrinsecamente relacionado ao medo social mais atual: o medo do esquecimento. A velocidade de circulação das informações, a sobrecarga de trabalho e funções têm contribuído para a esfecelização do sujeito: aquilo que era há segundos pode já não ser mais. Fato é que a memória está ligada à identidade, logo, se você perde a memória, conseqüentemente perde a sua identidade. Jacques Le Goff alerta sobre o valor da memória enquanto artefato constituinte da identidade. Nas palavras desse historiador: “A memória é um

* Doutoranda em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, Paraná, Brasil. 87020-900 – ericaantoniacaetano@hotmail.com.

elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2013, p. 435). Vê-se, então, que a memória é valorosa, pois sem ela o sujeito se defronta com a fragmentação, quiçá “ausência”, de sua identidade.

Dada a sua importância, o tema da memória vem sendo recorrentemente objeto de estudo das mais variadas áreas do saber: biologia; pedagogia; história; neurociências, entre outras. Independentemente do enfoque dado por cada campo, é consenso que a linguagem é instrumento essencial para a preservação da memória. Le Goff destaca em sua obra a aproximação feita por Henri Atlan no que concerne a “linguagens e memórias”: “A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas” (ATLAN, 1972, p. 461 *apud* LE GOFF, 2013, p. 389). Ou seja, a escrita pode ser tomada como fonte de documentação/inscrição da memória.

Desse modo, a memória aparece no universo literário e conquista um espaço singular capaz de armazenar, problematizar e denunciar dados e fatos que merecem e/ou precisam ser registrados e que por inúmeras razões foram silenciados pela historiografia. Exemplo disso pode ser vislumbrado na obra, que constitui o objeto de análise deste estudo, da autora ruandesa Scholastique Mukasonga, publicada originalmente em 2008 (*La femme aux pieds nus*) e lançada no Brasil, em 2017, pela editora Nós, sob o título *A mulher de pés descalços*. Essa produção, catalogada como narrativas pessoais, consiste em um livro de não ficção construído por meio das lembranças de infância da autora, no intuito de resgatar a memória de seus entes queridos, sobretudo de sua mãe, Stefania, assassinada pelos hutus, juntamente com quase um milhão de ruandeses da etnia tutsi, durante o genocídio ocorrido em Ruanda, no ano de 1994.

O passado de uma sobrevivente

“Quando escrevo, repito o que já vivi antes.”

Günter W. Lorenz (1991, p. 74).

Nascida na província de Gikongoro em 1956 e aclamada contemporaneamente como a escritora mais famosa de Ruanda, Scholastique Mukasonga vivenciou em sua infância um período de muita tensão em seu país. Nessa época, pertencer a etnia tutsi, da qual Mukasonga faz parte, era um terrível fado. Isso se deu graças aos colonizadores belgas e alemães que trataram de alimentar os já existentes, porém pequenos, conflitos econômicos entre duas etnias, tutsis e hutus. Semeado o ódio étnico, tutsis passam a ser perseguidos pelos africanos da etnia hutu e são

obrigados ao exílio em uma das regiões mais áridas de Ruanda, Nyamata, localizada em Bugeresha. Sobre esse assunto, Mukasonga, em entrevista concedida à revista *Época*, revela detalhes:

Antes do “exílio no interior”, os tutsis viviam em inzus, casebres de palha trançada no meio dos bananais. Em Bugeresha, os hutus nos colocaram em casas uma ao lado da outra, com uma estrada no meio para facilitar o trabalho dos caminhões de deportação. Nessa época, os exilados tutsis começaram a ser conhecidos como “inyenzi” ou “cafards” – “baratas” –, que, como os insetos, deveriam ser exterminados. Em Nyamata, jovens tutsis que se atreviam a abrir um comércio eram jurados de morte. (GABRIEL, 2017, grifos do autor)

O trecho evidencia como os tutsis foram desumanizados e colocados à margem. Ao serem arrancados de seu lugar de origem, junto com seus costumes e tradições, os tutsis são jogados em uma terra hostil, na qual nem animais podiam sobreviver. Assim, vê-se que o objetivo dos hutus era aniquilá-los aos poucos.

Outra privação destinada à etnia tutsi dizia respeito aos estudos. Raríssimas crianças tinham o privilégio de frequentar uma escola. Apenas 10% das vagas em escolas ruandesas eram reservadas a cotas para os tutsis. Mukasonga conseguiu conquistar uma vaga e, em 1972, passou a frequentar o *Liceu Notre-Dame de Cîteaux*. Ao mesmo tempo que a vaga lhe garantiu uma oportunidade de trilhar mais tarde caminhos para ascensão e salvação, fez-lhe também sentir mais de perto o sabor imposto pela segregação, pelo ódio, pelo preconceito. Assim é que, pouco tempo depois de seu ingresso, em virtude da instauração de um novo governo, os tutsis são expulsos das escolas.

Mukasonga confirma em entrevista que, em 1973, voltou para Nyamata para fugir da perseguição dos estudantes hutus que viviam “caçando-os” para matá-los. Tanto ela quanto os demais tutsis de Nyamata sentiram que a morte e a perversidade estavam a tomar maiores dimensões e que muito em breve seriam exterminados feitos baratas. Nesse momento, Mukasonga, com seus 18 anos, tem seu destino traçado por sua mãe, Stefania. Esta decide enviar seus dois filhos para o exílio, Mukasonga e seu irmão André. Mesmo sem ter noção do desfecho cruel pelo qual seus familiares passariam anos depois de sua fuga, Mukasonga parecia prever que sua mãe estava destinando a ela uma importante missão. A própria autora comenta: “Eu era testemunha daquelas existências, havia recebido uma educação formal e aprendido francês – a língua do colonizador foi o passaporte que me permitiu ir embora e conservar a memória daqueles que ficaram” (GABRIEL, 2017, n.p.). O discurso da autora sugere que Stefania tinha consciência de que a instrução da filha era uma arma poderosa para a sua sobrevivência.

Eis que duas décadas depois de sua partida de Nyamata, Mukasonga recebe a notícia fatídica do genocídio em Ruanda, que pôs fim à vida de mais de 800 mil

peessoas, entre elas, seus familiares: pais, irmãos e sobrinhos. A assistente social e escritora ruandesa confessa que jamais imaginara que sua tarefa fosse conservar a memória de tamanha brutalidade (GABRIEL, 2017, n.p.). Exatamente essa brutalidade, causadora de dor, horror e trauma, leva Mukasonga a vivenciar um longo tempo de silenciamento.

Não obstante, conforme comenta Seligmann-Silva (2013, p. 46, grifos do autor): “O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade [...] a impossibilidade de recobrir o vivido (‘o real’) com o verbal”. A impossibilidade é intensificada, sobretudo, pelo sentimento inicial que toma conta de Mukasonga, isto é, a culpa por ser uma sobrevivente. Inconformada, ela diz não compreender a razão de terem sido eles e não ela. Somada à culpabilidade de estar viva, outra questão a perturbava: não poder visitar a sepultura de sua família, amigos, vizinhos e conhecidos de infância; pior ainda, não poder cobrir o corpo de sua mãe morta, conforme ela recomendava sempre.

É justamente essa última impossibilidade, ou, conforme pondera Leonardo Tonus¹ (2017): “da necessidade de realizar o rito do sepultamento e conferir um rosto àqueles que ficarão eternamente associados a simples dados estatísticos na História oficial”, que nutre a escrita de sua segunda obra, *A mulher de pés descalços* (2017).

Lapidar memórias: a escrita como monumento

Assim como toda memória tem um ponto de partida, também acontece com a escrita. Ou seja, se lembro de algo ou de alguma coisa, há uma razão para isso. No caso da escrita, independentemente de seu grau de ficcionalização, sempre haverá um motivo que leva o autor ao exercício do narrar.

No caso de Mukasonga, é por meio de seu depoimento que se toma conhecimento da razão que a levou a escrever, a saber, o medo de ver seu povo, sua história e sua identidade serem suprimidas com o tempo. Isso ocorre após dez anos do genocídio ruandês, quando ela toma coragem de voltar ao lugar memória, isto é, à Nyamata. Halbwachs afirma: “quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstruir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas” (HALBWACHS, 1990, p. 25). Em outros termos, o autor alude que o espaço é uma peça fundamental para a ordenação da memória.

De fato, parece que faltava à Mukasonga esse retorno ao seu lugar memória para que pudesse colocar ordem ao caos de suas lembranças. Essa hipótese se confirma ao observar que, de volta à França, ela toma posse das anotações que realizou durante sua viagem e começa o trabalho de um artesão, a tecer cuidadosamente

¹ Relato de apresentação inscrito na orelha da obra.

a obra que batizou de *Baratas* (2006), seu primeiro relato autobiográfico, o seu testemunho.

Em *Baratas*, Mukasonga traz à tona, desde o título, a forma como os tutsis eram tratados pelos hutus. Além disso, ela revela, já nessa obra inaugural, a angústia por não poder velar seus familiares. No último parágrafo do prólogo de *Baratas*, a autora registra:

Onde estão eles hoje? Na cripta memorial da igreja de Nyamata, crânios anônimos entre tantas ossadas? Na brousse, sob os espinheiros, em uma fossa que ainda não veio a público? Copio inúmeras vezes o nome deles no caderno de capa azul, quero provar a mim mesma que eles existiram, pronuncio os seus nomes um a um na noite silenciosa. Sobre cada nome devo definir um rosto, pendurar um retalho como lembrança. Não quero chorar, sinto as lágrimas escorrerem pelas minhas faces. Fecho os olhos, esta será mais uma noite sem sono. Tenho muitos mortos a velar. (MUKASONGA, 2018, p. 8)

Ao longo dos 14 capítulos que compõem essa obra, pode ser observada justamente essa tentativa de dar aos mortos de Nyamata, por meio da escrita, um espaço para que tenham sua existência e seus nomes resguardados, ou, como a própria Mukasonga declara, garantir a esses um túmulo, mesmo que de papel. Seligmann-Silva (2013, p.79) fala sobre a existência de um número significativo de obras publicadas desse feito. Segundo esse autor: “essas obras transformam o passado perdido em traços de uma escritura que tem o valor de cemitério para aqueles que não puderam ser enterrados [...] servem de moldura para uma realidade que foi esmagada”.

Nesse ponto, cumpre refletir sobre a pesada tarefa de ser uma sobrevivente, uma testemunha de um evento catastrófico. Para Seligmann-Silva, os sobreviventes:

[...] defrontam-se a cada dia com a tarefa de rememorar a tragédia e enlutar os mortos. Tarefa árdua e ambígua, pois envolve tanto um confronto constante com a catástrofe, com a ferida aberta pelo trauma [...] como também visa um consolo nunca totalmente alcançável. (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 52)

Em contrapartida, esconder essa ferida e silenciar a barbárie corresponderia a um fato para o qual Seligmann-Silva chama a atenção: matar a vítima pela segunda vez. Nas palavras do autor, quando o sobrevivente se fecha:

[...] ele repete o assassinato das vítimas ao negar que o fato tenha algumas vez ocorrido. O apagamento da memória – e com ela, da responsabilidade – é parte integrante de muitos assassinatos em massa. [...] Se a memória – e a história – só existe graças à nossa capacidade de (re) inscrever os traços deixados pelo

passado, os nazistas – sobretudo com o recurso às câmaras de gás e aos crematórios – tentaram arrancar uma página da história. (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 78)

A sobrevivente do genocídio em Ruanda caminha na contramão de repetir o assassinato de seu povo: a fim de acrescentar páginas de história e de memória a essas pessoas que foram aniquiladas e não possuem uma lápide com seus nomes inscritos para documentar suas vidas, Mukasonga segue seu dever de memória. Todavia, “a narração combina memória e esquecimento”, em outros termos: “a memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p.53). Logo, Mukasonga precisa esquecer para, em seguida, lembrar e narrar.

Desse modo, dois anos depois de *Baratas* (2006), Mukasonga publica *La femme aux pieds nus* (2008). Essa obra, *A mulher de pés descalços*, lançada no Brasil em 2017 pela editora Nós, consiste também numa narrativa de cunho memorialista. Porém, o objetivo central desta é urdir a biografia de Stefania, mãe da escritora e narradora. As razões para o mote dessa obra podem, quiçá, ser resumidas em duas questões abordadas por Seligmann-Silva em *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes* (2013). A de que o “registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera no *double bind* entre lembrança e esquecimento, no tecer e destecer” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 62) e a de que “o texto de testemunho também tem por fim um culto aos mortos” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 55).

No prólogo do livro, Mukasonga sintetiza, nas entrelinhas, que *A mulher de pés descalços* será uma lápide especial para a mulher que lhe deu a vida e que nunca mediu esforços para preservá-la de qualquer maldade mundana. Além disso, evidencia que é a forma como ela busca a purgação das dores por não ter atendido ao pedido de sua mãe, súplica reservada para a ocorrência de sua morte. A própria escritora revela que Stefania, sua mãe, muitas vezes, ao pressentir o pior naquele cenário de horror, interrompia seus afazeres e reunia as três filhas para dizer o que elas deveriam fazer quando ela morresse.

Quando eu morrer, quando vocês perceberem que eu morri, cubram o meu corpo. Ninguém deve ver meu corpo, não se pode deixar ver o corpo de uma mãe. Vocês, que são minhas filhas, têm a obrigação de cobri-lo, cabe somente a vocês fazer isso. Ninguém pode ver o cadáver de uma mãe, pois senão ela vai perseguir vocês que são as filhas... ela vai atormentá-las até o dia em que a morte leve vocês também, até o dia em que vocês vão precisar de alguém para cobrir seus corpos. (MUKASONGA, 2017, p. 5)

Essa missão, imposta por Stefania às suas filhas, parece ser um pedido velado daquela que jamais demonstrou ter medo de nada – pois assim deveria ser para proteger sua prole, mas que, no fundo, tinha medo de morrer e ver morrer com ela sua dignidade e sua identidade. Por essa razão, pede às suas mulheres que a cubram, para que nem elas e nem mesmo outras pessoas pudessem vislumbrar a sua desintegração. Assim, todos poderiam se lembrar dela em sua vivacidade de mulher ruandesa.

Mesmo sem entender as possíveis razões de tal solicitação, as meninas se viam cobertas de medo e horror. Por isso mesmo, tementes ao pedido da mãe, tratavam de não tirar os olhos dela. Quando esta saía para dar uma volta no vilarejo e se demorava um pouco mais do que o habitual, as meninas eram tomadas pela preocupação. Mukasonga, em tom confessional, destaca que o pior momento para ela era o de ir para a escola: “quando me invadiam imagens de angústia que turvavam a aula: o cadáver da mamãe caído diante do montinho onde ela tinha o hábito de se sentar” (MUKASONGA, 2017, p. 6). Essa angústia parecia ser um prenúncio do que o futuro lhe reservava, posto que, logo adiante, Mukasonga admite:

Não cobri o corpo da minha mãe com seu pano. Não havia ninguém lá para cobri-lo. Os assassinos puderam ficar um bom tempo diante do cadáver mutilado por facões. As hienas e os cachorros, embriagados de sangue humano, alimentaram-se com a carne dela. Os pobres restos de minha mãe se perderam na pestilência da vala comum do genocídio, e talvez hoje, mas isso não saberia dizer, eles sejam, na confusão de um ossuário, apenas osso sobre osso e crânio sobre crânio. (MUKASONGA, 2017, p. 6-7)

Fato é que Mukasonga não estava na escola, afinal, dois anos antes da morte de sua mãe, havia se estabelecido na França e atuava como assistente social. Possivelmente, Stefania também não estava no lugar onde costumava se sentar, pois não foram encontrados os seus restos naquele espaço. Mas, enfim, ninguém estava lá para atender Stefania e cobrir com um pano o seu corpo mutilado. Desse modo, a dor da perda e o sentimento de culpa, por ser uma sobrevivente ausente e inadimplente com o dever dado pela mãe durante sua infância, despertam na autora o tom de lamento. É assim que ela se dirige à mãe morta no último parágrafo do prólogo de *A mulher de pés descalços*.

Mãezinha, eu não estava lá para cobrir o seu corpo, e tenho apenas palavras – palavras de uma língua que você não entendia – para realizar aquilo que você me pediu. E estou sozinha com minhas pobres palavras e com minhas frases, na página do caderno, tecendo e retecendo a mortalha do seu corpo ausente. (MUKASONGA, 2017, p. 7)

Então, numa tentativa de se redimir, Mukasonga passa a lapidar, por meio das palavras, o corpo ausente de sua mãe. Ao fazê-lo, busca, sobretudo, registrar sua gratidão à mulher de pés descalços, mas cheia de qualidades e sabedoria. Mukasonga enfatiza, em entrevista à revista *Época*, que:

Foi ela quem forçou meu exílio em 1973. Foi ela quem me protegeu. Foi ela quem me elegeu guardiã de memórias. Minha mãe não sabia ler nem escrever, mas conhecia a nossa tradição e lutava com todos os seus meios para que a riqueza cultural dos tútsis não desaparecesse. Ela era uma famosa contadora de histórias. Se eu tenho algum talento como escritora, devo a ela. Creio que é dever de todo sobrevivente testemunhar em nome daqueles que tombaram pelo caminho. Assim, podemos nos redimir por não termos perecido com eles. (GABRIEL, 2017, n.p.)

Adiante, vê-se que, em *A mulher de pés descalços*, Mukasonga acaba por fazer muito mais do que almejava, pois ela não só dá à sua mãe uma lápide digna de uma mulher guerreira, mas também legitima tradições, preserva patrimônios e identidades e, inevitavelmente, ao registrar tudo isso, desvela os horrores que antecederam a guerra.

Lapidar memórias: a escrita como documento

Em *A memória coletiva* (1990), Maurice Halbwachs apresenta uma importante contribuição relativa aos estudos da memória. O sociólogo francês defende a tese de que não há memória individual, ou seja, de que não temos memória só pessoal, haja vista que a memória é construída de forma coletiva, pois “nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Ao longo dos dez capítulos que compõem a obra *A mulher de pés descalços*, de Scholastique Mukasonga, o pensamento de Halbwachs se faz análogo. Observa-se que, na tentativa de narrar os atos heroicos de sua mãe, Stefania, a escritora acaba narrando também a história de um povo, de uma coletividade. Isso perfaz a obra como um todo e, logo no primeiro parágrafo do capítulo 1, intitulado “Salvar os filhos”, já se faz notar. Nesse parágrafo, antes de falar sobre as diversas medidas de precaução adotadas por Stefania para salvar seus filhos, Mukasonga emite um julgamento que pode ser tanto dela própria quanto um eco de discursos que ela cresceu ouvindo em Nyamata sobre o possível pensamento dos hutus que estavam no governo.

Talvez as autoridades hutus, postas para governar uma Ruanda outra vez independente, esperassem que os tutsis de Nyamata fossem aos poucos dizimados pela doença do sono e da fome. A região para onde eles foram levados, Bugesera,

parecia hostil o bastante para tornar ainda mais incerta a sobrevivência dos “exilados do interior”. Apesar de tudo, a maioria sobreviveu. Com coragem e solidariedade, eles conseguiram enfrentar a terra hostil e cultivar um primeiro terreno que, se não lhes poupou a penúria, ao menos, impediu que morressem de fome. E, pouco a pouco, as casinhas improvisadas dos desterrados se tornaram vilarejos – Gitwe, Gitagata, Cyohoha –, onde todos se esforçavam para fingir um cotidiano que quase nunca amenizava o sofrimento lancinante do exílio. (MUKASONGA, 2017, p. 9)

Ocorre que, mesmo com o espírito singular dos tutsis, de corajosos e solidários, conforme destaca o fragmento, Mukasonga registra que seu povo tinha consciência de que a morte era apenas uma questão de tempo para eles.

Mas os tutsis de Nyamata compreenderam bem rápido que a sobrevida precária concedida a eles era apenas uma prorrogação. Os militares do campo de Gako, assentados entre os vilarejos e a fronteira próxima ao Burundi, estavam ali para lembrar aos tutsis que eles não eram mais seres humanos, e sim *inyenzis*, baratas, e que era permitido e justo persegui-los e, no fim, exterminá-los. (MUKASONGA, 2017, p. 9, grifos do autor)

O fragmento deixa às claras como os hutus metamorfoseiam a identidade dos tutsis “não eram mais seres humanos, e sim *inyenzis*, baratas”. Desse modo, enquanto Mukasonga narra várias peculiaridades das famílias tutsis, como a tradicional colheita do sorgo, os rituais de beleza, os casamentos arranjados, entre tantas outras histórias, demonstra que os tutsis eram pessoas comuns, seres humanos, a violência empreendida contra essa etnia, por meio de privações e submissões, toma conta da vida desse povo. Nesse sentido, a certa altura da narrativa, percebe-se que os próprios tutsis passam a interiorizar essa identidade animalesca e enxergarem-se como *inyenzis*, baratas, a concordar com os hutus.

É valido notar, ainda sobre esses dois primeiros parágrafos da obra, que eles se aproximam da ideia de Halbwachs quanto ao que se destaca no primeiro plano da memória de um grupo. Nas palavras deste:

[...] se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 1990, p. 45)

Isso significa que a narrativa de Mukasonga não traz à tona unicamente a sua história e memória individual/familiar, mas apresenta memórias de uma coletividade. Ademais, o terceiro parágrafo muda de plano e Mukasonga enuncia

uma de suas lembranças quanto à ação dos militares: “Ainda hoje, vejo os militares de Gabo invadindo a casa, levantando com a coronha da espingarda a placa de metal que servia de porta” (MUKASONGA, 2017, p. 9-10). Essa oscilação será uma constante na obra da escritora ruandesa. Ela se valerá de dois tipos de memória, os quais Halbwachs apresenta em seu estudo, a memória autobiográfica e a memória histórica, ou, em outros termos, das memórias individuais e das memórias coletivas.

Admitamos, todavia, que haja, para as lembranças duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. (HALBWACHS, 1990, p. 53)

Isso ocorre porque, conforme esclarece o próprio autor, a memória individual: “não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 54), ou seja, na acepção de Halbwachs “toda história de nossa vida faz parte da história em geral” (HALBWACHS, 1990, p. 55). Diante disso, Mukasonga, ao lapidar a memória de sua mãe, arquiteta, consequentemente, muitas outras memórias e, no interior destas, resguarda os horrores vividos antes mesmo da efetivação do massacre de 1994 em Ruanda.

Na análise, no que se refere ao todo, opta-se por discorrer sobre três dentre as muitas atrocidades presentes na obra. A razão da escolha está atrelada à existência de um núcleo comum entre elas: as formas de aniquilamento da vida. Em uma das passagens da obra, a escritora descreve o medo que as mães passaram a ter da reprodução.

Em Ruanda, dizia minha mãe, as mulheres tinham orgulho de ter filhos. Muitos filhos. Principalmente meninos. Mas, em Nyamata, elas morriam de medo de colocar filhos no mundo. Não por elas, mas pelas crianças. Sobretudo pelos meninos. Elas sabiam que eles seriam mortos; que, cedo ou tarde, seriam mortos. Por exemplo, Gaudenciana, a vizinha que mora em frente, deveria estar feliz e orgulhosa. Todas as mulheres do vilarejo deveriam invejá-la. Ela tem sete filhos, todos meninos. O que uma mãe poderia desejar mais do que isso? Porém, ela olha os filhos com tristeza, com desespero. Não tira os olhos de cima deles. Ela não quer que eles se afastem, não deixou que fossem à escola. Não manda os filhos buscarem água, pois tem medo de que eles não voltem do lago Cyohoha. (MUKASONGA, 2017, p. 20)

As mães sabiam que as autoridades viam nas crianças a ameaça da perpetuação da etnia tutsi, logo, passaram a matar todas, sem qualquer outro motivo. A propósito,

sabiam que ninguém seria poupado a cada vez que assistiam uma atrocidade acontecendo, como no caso do assassinato de Merciana, que Mukasonga também deixou registrado.

Todo mundo em Nyamata tinha visto o assassinato de Merciana, todo mundo tinha assistido à morte dela. Merciana era a verdadeira chefe da família. Não sei onde ela tinha ido à escola, mas sabia ler e escrever. Saber ler e escrever era algo perigoso se você tinha um pai exilado no Burundi. Os capangas da prefeitura sempre iam interrogar Merciana, revistar a miserável choupana. Ouvíamos os irmãos e as irmãs de Merciana chorando, a mãe suplicando. Depois, um dia, eles chegaram com dois militares. Eles pegaram Merciana e a levaram até o meio do pátio, um lugar onde todo mundo podia ver. Tiraram a roupa dela, deixaram-na completamente nua. Lentamente, os dois militares pegaram as espingardas. “Eles não miravam no coração, repetia minha mãe, e sim nos seios, somente nos seios. Eles queriam dizer a nós, mulheres tutsis: ‘Não deem vida a mais ninguém, pois, na verdade, se colocarem mais alguém no mundo, vocês vão acabar trazendo a morte. Vocês não são mais portadoras de vida, são portadoras de morte’”. (MUKASONGA, 2017, p. 21-22)

O trecho fala por si só. O maior projeto das mães, inclusive de Stefania, era proteger, era a busca desenfreada por salvar a vida dos filhos. “Para isso, ela elaborava estratégias, experimentava táticas. Seria preciso fugir, se esconder”, conta-nos Mukasonga (2017, p. 12). Ela detalha ainda:

Mamãe espreitava os barulhos sem parar. [...] ela desenvolveu, parece-me, um sexto sentido, o da presa que está sempre alerta. Ela identificava de longe o barulho das botas na estrada. Corríamos para baixo dos arbustos e, pouco depois, era possível ouvir, do nosso esconderijo, a patrulha na estrada. Mas era preciso prever tudo. Para o caso de não termos tempo de chegar até o esconderijo, ela deixava, no meio dos grandes arbustos de vegetação selvagem, um monte de mato seco, um arbusto impenetrável onde só nós, meninas, podíamos nos aninhar durante o alerta. No mato, ela tinha descoberto esconderijos que pareciam mais seguros. Encontrara as tocas mais fundas cavadas por tamanduás, e estava certa de que poderíamos escorregar para dentro delas. (MUKASONGA, 2017, p. 12-13)

Como se vê, Stefania não se cansava de planejar fugas e buscar esconderijos. “Minha mãe nunca relaxava. Ela aumentava o cuidado à noite, na hora do jantar” (MUKASONGA, 2017, p. 19). Além disso, a choupana de Tripolo, onde eles viviam, não era um espaço que lhes garantia segurança. “Ali, minha mãe se sentia sem defesa, exposta à vergonha e à desgraça do exílio” (MUKASONGA, 2017,

p. 30). Mas isso não durou muito tempo, pois logo Stefania começa a entender que, para sobreviver, era preciso também resistir. Sua primeira manifestação de resistência consistiu na construção, atrás da choupana de Tripolo, do *inzu*, uma casa de palha trançada como uma cestaria. “Parecia que, graças à casa, Stefania tinha recuperado o prestígio e os poderes que a tradição ruandesa atribui a uma mãe de família” (MUKASONGA, 2017, p. 37).

Ainda assim, muitos outros problemas precisavam ser enfrentados. Um deles estava atrelado à questão da precariedade nos tratamentos com a saúde dos desterrados. Ao que tudo indica, não havia nenhuma preocupação em zelar por sua saúde, já que o objetivo era exterminá-los. O trecho, que abre o capítulo 5 (“Medicina”) da obra, descreve com minúcias esse cenário:

Em nossa chegada a Nyamata, quando nos amontoaram nas salas de aula da escola primária, acabamos descobrindo que havia um posto de atendimento médico nas redondezas. Entre os desterrados, muitos estavam doentes: a comida desconhecida que recebíamos, o calor de Bugesera que as pessoas da região montanhosa de Butare não suportavam muito bem, a falta de leite que, para muitos, fora até então o alimento principal, a promiscuidade e a falta de higiene, tudo isso acabou produzindo cada vez mais casos de disenteria. Alguns acabavam morrendo, como os mais idosos e as crianças muito pequenas. [...] Bîtega só receitava dois medicamentos: comprimidos de aspirina e xarope para tosse. (MUKASONGA, 2017, p. 57)

Novamente, é preciso reconhecer que a tarefa das mães em salvar a vida dos seus filhos não era nada fácil, haja vista que não podiam contar com nenhum especialista comprometido com a manutenção da saúde dos tutsis. Somado a isso, sofriam por não poder mais, como outrora, confeccionar os remédios tradicionais. Mukasonga lembra como isso era algo tradicional e eficaz na cultura ruandesa.

Stefania não era uma dessas curandeiras que consultamos em casos graves, com esperança e medo, mas, como a maioria dos ruandeses, ela conhecia muitos medicamentos que ela própria confeccionava e aplicava, conforme o caso, com convicção e, me parece, no mais das vezes, com sucesso. Sua farmácia era feita de ervas, tubérculos, raízes, folhas de árvores da savana. Ela ensinava aos que queriam cultivar as plantas quais deveriam ser respeitadas e colhia, em seu jardim medicinal, as que usava para fazer os remédios.

Como boa mãe de família, mamãe tinha todos os tipos de receitas para enfrentar doenças e feridas que, cedo ou tarde, atingiriam os seus. (MUKASONGA, 2017, p. 59)

Não fosse tudo isso o bastante para dar cabo às tradições ruandesas, os tutsis enfrentaram ainda uma ação violenta, a qual os levou a questionar o comportamento que a sua própria tradição tinha imposto até então com relação à gravidez antes do casamento. Tradicionalmente, em casos de gravidez sem casamento, o encaminhamento era esconder, fazer desaparecer da família a moça grávida.

Mukasonga registra: “foi o estupro de Viviane que fez com que todas as mulheres passassem a questionar” (MUKASONGA, 2017, p. 150) a tradição. Uma ação de extrema violência foi realizada enquanto a moça cumpria com o seu dever de buscar água no lago e fez com que ela não retornasse para casa como de costume. Ela foi encontrada na beira da estrada, com o corpo todo ensanguentado, “Ela estava coberta de hematomas e o estupro era evidente” (MUKASONGA, 2017, p. 150). A violação de seu corpo acabava por aniquilá-la também.

Sem dúvidas, Mukasonga não poderia deixar silenciado o caso de Viviane, mais uma das mulheres ruandesas vítimas do genocídio, por outro lado, mais um exemplo de Mãe-coragem, tal como foram Stefania, Marie-Thérèse, Gaudenciana, Theodosia, Anasthasia, Speciosa, Leôncia, Pétronille, Priscila e tantas outras não nomeadas. Por isso, Mukasonga finaliza suas memórias das mulheres de pés descalços dizendo:

Em 1994, o estupro foi uma das armas usadas pelo genocídio. Quase todos os estupradores eram portadores do vírus HIV. Nem toda a água de Rwakibirizi e de todas as nascentes de Ruanda teriam bastado para ‘lavar’ as vítimas da vergonha pelas perversidades que sofreram. (MUKASONGA, 2017, p. 153)

Entretanto, “foi nelas, nelas próprias e nos seus filhos nascidos do estupro que essas mulheres encontraram uma fonte viva de coragem e força para sobreviver e desafiar o projeto de seus assassinos” (MUKASONGA, 2017, p. 154).

Considerações finais

“Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito.”

Ecléa Bosi (1994, p. 81).

Diante de uma situação limite, muitos, por medo do desaparecimento de suas memórias, narram para que estas memórias não morram com eles. Entretanto, narrar não é uma tarefa tão fácil quando, por exemplo, o sujeito se vê diante de uma catástrofe, vive um choque, sofre um trauma. Afinal, os acontecimentos traumatizantes inevitavelmente acarretam a onipotência da palavra. Por essa razão, muitas vezes, é preciso de um tempo de silenciamento; tempo e silêncio são elementos essenciais para a construção da memória.

A obra de arte literária é, há alguns anos, um meio bastante eficaz para “tocar em feridas traumáticas”. A literatura tem possibilitado ao sujeito traumático vencer o fardo do inenarrável, conforme salientou a escritora da obra *A mulher de pés descalços*, Scholastique Mukasonga, sobrevivente do genocídio ruandês, em entrevista ao jornal *O Globo*: “A literatura me salvou. Se eu não pudesse escrever teria enlouquecido” (CAZES, 2017, n.p.).

Ainda, diante de tantas atrocidades vivenciadas antes mesmo do estopim com o genocídio de 1994, em Ruanda, Mukasonga traz à tona uma narrativa marcada pela superação, cheia de vida. Ao narrar em prol de se redimir por não cobrir o corpo de sua mãe, ela acaba por tecer um véu de palavras no qual lapida mortes e vidas.

CAETANO, E. A. The writing as a headstone in *The Barefoot Woman* by Scholastique Mukasonga. **Itinerários**, Araraquara, n. 52, p. 151-165, jan./jun. 2021

■ **ABSTRACT:** *The present study proposes an interpretative analysis of Rwandan author Scholastique Mukasonga's work The Barefoot Woman. This book was originally published in 2008 (La femme aux pieds nus) and launched in Brazil in 2017. The intention is to think about the role of memory in the novel as a denunciation and an instrument of preservation. This work is based on theoretical studies about memory. The analysis finds that, by merging fiction and memory, the memoir narrative of the Rwandan writer Scholastique Mukasonga symbolically configures the tombstone of her deceased mother Stefania and all the others victims of the genocide in Rwanda.*

■ **KEYWORDS:** *Memory. Denunciation. Preservation. Scholastique Mukasonga. The Barefoot Woman.*

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 3ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAZES, Leonardo. Inédita no Brasil, Scholastique Mukasonga estará na Flip. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/inedita-no-brasil-scholastique-mukasonga-estara-na-flip-21212043>. Acesso em: 03 out. 2020.

GABRIEL, Ruan de Sousa. 2017. Scholastique Mukasonga: “Me tornei a guardiã da memória do meu povo”. **Época**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/07/scholastique-mukasonga-me-tornei-guardia-da-memoria-do-meu-povo.html>. Acesso em: 03 out. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 7ª ed. revista. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LORENZ, Günter W. Diálogo com Guimarães Rosa. *In*: COUTINHO, Eduardo F. (org.). **Guimarães Rosa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 62-97

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. Tradução de Marília Garcia. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. Tradução de Elisa Nazarian. São Paulo: Editora Nós, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

